



Demonstrações

Contábeis Individuais



Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3-4
Balanço patrimonial	6
Demonstração do resultado	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto	9
Notas explicativas às demonstrações contábeis	10-26



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da

PROSPERA SOLUÇÕES E TECNOLOGIA S.A.

Barueri – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **PROSPERA SOLUÇÕES E TECNOLOGIA S.A.** (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **PROSPERA SOLUÇÕES E TECNOLOGIA S.A.** em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com essas normas, estão descritas na seção intitulada “**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**”.

Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos as demais responsabilidades éticas conforme essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Conforme demonstrado na nota explicativa 9, destacamos que, em 31 de dezembro de 2025, a Companhia registra no ativo não circulante créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos no montante de R\$ 11.295.181. A realização desses créditos está fundamentada em projeções de lucros tributáveis futuros elaboradas pela administração, baseadas em premissas e estimativas que, por sua natureza, estão sujeitas a incertezas. As demonstrações contábeis foram preparadas considerando a expectativa de recuperação integral desses créditos, conforme descrito nas notas explicativas. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para as notas explicativas às demonstrações contábeis, que indicam que a Companhia vem apresentando prejuízos recorrentes e dependência de aportes de capital para a continuidade de suas operações. Essas condições, juntamente com outros assuntos descritos nas referidas notas explicativas, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia.

Conforme apresentado na nota explicativa 1, ao longo do exercício de 2025 a Companhia implementou medidas de racionalização de custos e apresentou evolução em sua receita operacional, refletindo o avanço de suas operações e do modelo de negócios. Adicionalmente, a administração entende que, a partir do exercício de 2026, a Companhia irá reverter esta situação, com base na geração de caixa operacional e expansão das receitas.

Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecte as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, concluimos que existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que podem levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Em decorrência disso, chamamos a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

São Paulo, 30 de março de 2026.


PGS Auditores Independentes

CRC N.º 2SP043908

marco papini

Marco Antonio Papini
Contador

CRC N.º 1SP180759/O-1



Balanço Patrimonial em
31 de dezembro de 2025
Valores expressos em reais

ATIVO	Nota	2025	2024	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	2025	2024
CIRCULANTE		7.966.826	9.806.276	CIRCULANTE		9.142.145	26.814.122
Caixa e equivalentes de caixa	6	2.783.564	5.958.505	Fornecedores	13	2.150.612	1.522.862
Clientes	7	3.205.316	911.209	Empréstimos e Financiamentos	14	5.230.757	24.004.085
Partes Relacionadas	7	9.615	22.661	Arrendamento Mercantil CP	12	949.894	865.221
Impostos e Contribuições a Recuperar		449.432	498.350	Impostos e contribuições a recolher		184.844	182.673
Outros créditos	8	1.518.899	2.415.551	Outras contas a pagar	15	626.038	239.281
				NÃO CIRCULANTE		81.237.736	56.578.440
NÃO CIRCULANTE		94.654.660	66.307.709	Outras contas a pagar	15	6.349.355	5.553.366
CSLL Diferido	9	2.989.901	1.850.291	Arrendamento mercantil	12	74.888.381	51.025.074
IRPJ Diferido	9	8.305.280	5.139.698				
Outros créditos	8	6.349.355	5.553.366	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		12.241.605	(7.278.577)
Imobilizado	10	195.126	131.037	Capital social realizado	16	30.506.730	1.224.604
Intangível	11	7.122.126	3.427.722	Reserva de Capital		7.500.595	7.500.595
Imobilizado Arrendamento	12	69.692.872	50.205.595	Prejuízos acumulados		(25.765.720)	(16.003.776)
TOTAL DO ATIVO		102.621.486	76.113.985	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		102.621.486	76.113.985

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Demonstração do Resultado do Exercício 2025 e 2024
Valores expressos em reais

	Nota	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Receita líquida	17	13.046.491	4.830.549
Custo de bens e serviços vendidos	18	(9.992.893)	(3.818.106)
Lucro bruto		3.053.598	1.012.443
Despesas			
Despesas administrativas		(7.359.848)	(8.081.714)
Despesas comerciais		(2.138.493)	(2.322.447)
Total das administrativas e comerciais	18	(9.498.341)	(10.404.161)
Resultado operacional recorrente		(6.444.743)	(9.391.718)
Itens não recorrentes			
Despesa de ociosidade		(5.072.918)	(1.405.682)
Outras despesas operacionais		(895.829)	(932.958)
Total das despesas não recorrentes	18	(5.968.747)	(2.338.640)
Total das despesas operacionais	18	(15.467.088)	(12.742.801)
Prejuízo operacional		(12.413.490)	(11.730.358)
Resultado financeiro	19	(1.653.646)	(1.676.587)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		(14.067.136)	(13.406.945)
Imposto de renda diferido		4.305.192	4.320.915
Prejuízo do exercício		(9.761.944)	(9.086.030)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração das mutações do
patrimônio líquido

Valores expressos em reais

	<u>Capital Social</u>	<u>Reserva de Capital</u>	<u>Lucros Acumulados</u>	<u>Total do Patrimônio Líquido</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.183.784	6.093.300	(6.917.746)	359.338
Prejuízo do período	-	-	(9.086.030)	(9.086.030)
Exercícios de Opções de ações	-	-	-	-
Reserva Capital	40.820	659.180	-	700.000
Opções outorgadas reconhecidas	-	748.115	-	748.115
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.224.604	7.500.595	(16.003.776)	(7.278.577)
Integralização de Capital	29.282.126	-	-	29.282.126
Prejuízo do período	-	-	(9.761.944)	(9.761.944)
Reserva Capital	-	-	-	-
Opções outorgadas reconhecidas	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	<u>30.506.730</u>	<u>7.500.595</u>	<u>(25.765.720)</u>	<u>12.241.605</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
Valores expressos em reais

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Fluxo de caixa das Atividades Operacionais		reclassificado
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(14.067.136)	(13.406.945)
Valores que não afetam o caixa		
Depreciação/Amortização	211.581	366.722
Baixas do Imobilizado/Intangível	200	145.850
Juros sobre Financiamentos e Empréstimos	803.486	1.126.256
Variação Cambial sobre Financiamentos e Empréstimos	314.707	2.967.148
Amortização do arrendamento	2.971.891	1.145.535
	<u>(9.765.271)</u>	<u>(7.655.434)</u>
Varição de ativos e passivos operacionais		
Redução (Aumento) Clientes	(2.281.061)	(821.257)
Redução (Aumento) Impostos a recuperar	48.918	(408.495)
Redução (Aumento) Outros Créditos	100.663	(2.936.981)
Aumento (Redução) Fornecedores	627.752	874.612
Aumento (Redução) Impostos e contribuições sociais	2.171	102.275
Aumento (Redução) Outras contas a pagar (nota 12 - a)	2.671.557	923.944
	<u>1.170.000</u>	<u>(2.265.902)</u>
Caixa líquido aplicado em atividades operacionais	<u>(8.595.271)</u>	<u>(9.921.337)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Adição de Ativos e Intangível	(3.970.275)	(2.391.313)
Caixa Líquido aplicado em atividades de investimentos	<u>(3.970.275)</u>	<u>(2.391.313)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Captação Empréstimos e Financiamentos	5.000.000	22.000.000
Pagamento Empréstimos e Financiamentos	(24.891.521)	(12.517.151)
Integralizações de capital	29.282.126	1.448.115
Aporte para futuro aumento de capital (AFAC) – Passivo	-	(700.000)
Caixa Líquido gerado nas atividades de financiamentos	<u>9.390.605</u>	<u>10.230.964</u>
Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa	<u>(3.174.941)</u>	<u>(2.081.685)</u>
Caixa e Equivalentes de Caixa no início do período	5.958.505	8.040.190
Caixa e Equivalentes de Caixa no final do período	<u>2.783.564</u>	<u>5.958.505</u>
Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa	<u>(3.174.941)</u>	<u>(2.081.685)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
em 31 de dezembro de 2025.

Em reais (exceto quando expressos em outra forma)

1 Contexto Operacional

A Prospera Soluções e Tecnologia S.A. (“Companhia” ou “Prospera”) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Alameda Madeira, nº 162, sala 1104A, Alphaville, Barueri – SP. A Companhia atua no desenvolvimento e operação de infraestrutura tecnológica voltada à integração entre consumo, energia e impacto socioambiental, por meio de sistemas digitais, programas de fidelização e serviços de intermediação tecnológica.

O objeto social da Prospera compreende, entre outras atividades, a intermediação e gestão de serviços baseados em tecnologia, credenciamento de estabelecimentos comerciais, serviços relacionados a meios eletrônicos de pagamento, atuação como correspondente bancário, aquisição de direitos creditórios, locação e manutenção de equipamentos tecnológicos, inclusive em usinas de geração de energia elétrica, bem como o desenvolvimento e licenciamento de softwares e a administração de programas de fidelidade e soluções de gestão empresarial.

A Prospera estrutura e opera uma infraestrutura tecnológica proprietária destinada a conectar cadeias de consumo, geração de energia e incentivos econômicos vinculados à eficiência e sustentabilidade, criando um ecossistema capaz de integrar indústrias, varejistas, geradores de energia e usuários finais em um modelo de geração compartilhada de valor. A estratégia da Companhia baseia-se na combinação de tecnologia, programas de fidelização e ativos energéticos, permitindo a criação de benefícios econômicos diretos para consumidores e parceiros comerciais.

Como parte da construção dessa infraestrutura, a Companhia estruturou ao longo de sua trajetória parcerias com geradores de energia que, ao final de 2025, totalizavam aproximadamente 30 MWp de capacidade instalada contratada. A expectativa da administração é que a contribuição econômica associada a esses ativos se torne progressivamente mais relevante a partir de 2026, à medida que os projetos avancem em sua maturidade operacional e ampliem sua participação na geração de benefícios vinculados ao ecossistema da Companhia.

No âmbito da evolução de sua infraestrutura digital, a Prospera integrou em 2025 a infraestrutura tecnológica da Soul Prime, consolidando os ativos tecnológicos necessários à operação de seu ambiente digital de relacionamento com usuários e parceiros. Como resultado desse processo, foi lançado o aplicativo Soul Up, interface digital que permite aos usuários acessar os serviços e benefícios disponibilizados pela Companhia e seus parceiros.

Por meio do aplicativo, os usuários participam de um programa de fidelidade estruturado pela Prospera, no qual atividades de consumo e relacionamento com empresas parceiras são convertidas em benefícios econômicos, incluindo a possibilidade de obtenção de até 100% de desconto na conta de energia elétrica. A iniciativa reforça o posicionamento da Companhia como agente de integração entre consumo, eficiência energética e geração de impacto socioambiental positivo.

A expectativa da administração é que 2026 represente o primeiro ciclo de expansão e consolidação operacional do programa, considerando que sua implantação ocorreu ao final de 2025.

Ainda em 2025, a Companhia instituiu um Conselho Consultivo, composto por profissionais com reconhecida experiência nos setores financeiro, tecnológico, empresarial e de comunicação, com o objetivo de apoiar a administração na definição de diretrizes estratégicas, no fortalecimento da governança e na consolidação do posicionamento institucional da Prospera. Adicionalmente, foi elaborado o planejamento estratégico para 2026, contemplando mais de 60 iniciativas estruturadas, que serviram de base para a construção do business plan, com foco na condução da Companhia ao breakeven e à geração de lucro.

A administração estima a reversão do cenário a partir do exercício de 2027, em função da implementação do planejamento estratégico previsto para 2026, suportado pela geração de caixa operacional e pela expansão das receitas. Adicionalmente, verificou-se melhora de aproximadamente 208% na relação entre o Resultado antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social e a Receita Líquida, refletindo evolução da eficiência operacional da Companhia.



Notas explicativas às demonstrações contábeis
em 31 de dezembro de 2025.
Em reais (exceto quando expressos em outra forma)

2 Base de preparação e apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam adequadamente todas as informações relevantes para a tomada de decisão dos usuários, consistentes com aquelas utilizadas pela administração na gestão da Companhia.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico. A preparação dessas demonstrações requer o uso de estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração na aplicação de suas políticas contábeis. As áreas que envolvem maior grau de julgamento ou complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são relevantes, estão divulgadas a partir da nota 6.

As presentes demonstrações contábeis foram aprovadas pela diretoria e autorizadas pelos acionistas para emissão em 30 de março de 2026.

A Companhia não apresentou Demonstração do Resultado Abrangente, uma vez que não foram identificados outros resultados abrangentes nos exercícios apresentados, sendo o resultado abrangente total equivalente ao resultado do exercício.

3 Resumo das principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

a. Conversão de moeda estrangeira

(i) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação.

(ii) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas em moeda funcional com base nas taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. Todos os outros ganhos e perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como "Outros ganhos (perdas), líquidos".

b. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos", no passivo circulante. As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescidas das remunerações contratadas e reconhecidas até a data das demonstrações contábeis, não excedendo o valor de realização.



Notas explicativas às demonstrações contábeis
em 31 de dezembro de 2025.

Em reais (exceto quando expressos em outra forma)

c. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de serviços no curso normal das atividades. A Companhia mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais e, portanto, essas contas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas das provisões para perdas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

d. Perdas para Créditos de Liquidação Duvidosa

Considerando que os ativos financeiros da Companhia decorrem de contratos relacionados à disponibilização de créditos de energia compensada, a avaliação do risco de crédito é realizada com base em modelo de perdas esperadas, em conformidade com o CPC 48 – Instrumentos Financeiros.

Esse modelo incorpora informações históricas de inadimplência, análise do perfil da carteira de clientes, condições macroeconômicas e expectativas futuras, bem como características específicas dos contratos, incluindo prazos e mecanismos de compensação.

Adicionalmente, tendo em vista que a Companhia se encontra em estágio inicial de operação (startup) e ainda não possui uma série histórica robusta de perdas, foi adotada como premissa uma taxa estimada de inadimplência equivalente a 0,2% da receita, com base na experiência observada no último exercício.

A administração entende que essa premissa é razoável e consistente com o nível atual de risco da carteira, sendo revisada periodicamente à medida que a Companhia amplia sua base de clientes e consolida seu histórico de perdas.

Com base nessa avaliação, a administração entende que as perdas estimadas refletem adequadamente o risco de crédito existente na data das demonstrações contábeis.

e. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear, considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, demonstrada na nota explicativa número 10.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos valores de venda com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas)" na demonstração do resultado.



Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025.

Em reais (exceto quando expressos em outra forma)

f. Arrendamento Mercantil

Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

g. Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros.

h. Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025.

Em reais (exceto quando expressos em outra forma)

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

i. Demais ativos circulantes e não circulantes:

O ativo circulante e outros ativos não circulantes são apresentados ao valor de custo ou de realização, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

j. Imposto de renda e contribuição social:

As despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas no Brasil, país em que a Companhia apura o lucro tributável. O lucro tributável é calculado pelo método do lucro real, aplicando-se a alíquota de 15% (quinze por cento) sobre o resultado contábil, ajustado pelas adições, exclusões e compensações de prejuízos fiscais previstas na legislação fiscal, com um adicional de 10% sobre o lucro real superior a R\$ 240 mil para o IRPJ. Para a CSLL, aplica-se a alíquota de 9% sobre o lucro contábil, ajustado pelas adições, exclusões e compensações de bases negativas previstas na legislação fiscal.

Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos na medida em que seja provável a existência de lucro tributável futuro suficiente para sua realização.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

k. Demais passivos circulantes e não circulantes:

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas, sendo seu registro separadamente quando incorrer.

l. Política de Remuneração em Ações (Vesting)

A Companhia adotou recentemente uma Política de Vesting, com o objetivo de estabelecer diretrizes para a concessão e a aquisição progressiva de participação societária (equity) e/ou incentivos baseados em ações, visando alinhar os interesses de fundadores, colaboradores e investidores, bem como incentivar a permanência e o comprometimento de longo prazo com o crescimento da Companhia. Referida política está fundamentada na participação ativa no desenvolvimento dos negócios, incluindo, entre outros aspectos, a prospecção comercial, o aprimoramento da comunicação com stakeholders, a contribuição para a definição da estratégia e o apoio em iniciativas de captação de recursos.

m. Reconhecimento da receita

A receita da Companhia decorre, substancialmente, da prestação de serviços relacionados à disponibilização de créditos de energia renovável e à operação de sua plataforma tecnológica de relacionamento, que integra soluções de fidelização, benefícios e intermediação entre clientes, parceiros comerciais e geradores de energia.



Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025.

Em reais (exceto quando expressos em outra forma)

O modelo de negócio da Companhia baseia-se na oferta de soluções de energia por assinatura, combinadas a programas de benefícios e fidelidade, que permitem aos clientes obter redução de custos com energia elétrica por meio da utilização de créditos de energia limpa e incentivos econômicos associados ao seu relacionamento com a plataforma.

A receita é reconhecida quando (ou à medida que) a Companhia satisfaz suas obrigações de performance, mediante a transferência dos serviços contratados aos clientes, refletindo o valor da contraprestação à qual a Companhia espera ter direito.

(i) Receita com serviços de energia e intermediação

A receita relacionada à disponibilização de créditos de energia e à intermediação com parceiros é reconhecida ao longo do tempo, na medida em que os serviços são prestados e os benefícios econômicos são transferidos aos clientes, considerando o consumo de energia e a fruição dos créditos contratados.

(ii) Receita com programas de fidelidade e plataforma tecnológica

A Companhia também gera receita por meio da disponibilização de sua plataforma digital e programas de fidelidade, que conectam clientes e parceiros comerciais, permitindo a geração de benefícios econômicos, como descontos e créditos aplicáveis à conta de energia.

Essas receitas são reconhecidas ao longo do tempo, conforme os serviços são prestados, incluindo o acesso à plataforma, a disponibilização de funcionalidades e a intermediação das transações realizadas.

(iii) Mensuração da receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de impostos, descontos, abatimentos e eventuais incentivos concedidos.

A Companhia avalia, quando aplicável, a existência de componentes variáveis na contraprestação, estimando-os com base em dados históricos e expectativas futuras, reconhecendo-os apenas quando for altamente provável que não ocorrerá reversão significativa.

A administração entende que o reconhecimento da receita reflete adequadamente a transferência de controle dos serviços prestados, em conformidade com os requisitos do CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente.

(i) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. A receita de juros de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado é incluída nos ganhos/(perdas) líquidos de valor justo com esses ativos. A receita de juros de ativos financeiros ao custo amortizado e ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes calculada utilizando o método da taxa de juros efetiva é reconhecida na demonstração do resultado como parte da receita financeira de juros.

A receita financeira é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto de um ativo financeiro exceto para ativos financeiros que, posteriormente, estejam sujeitos à perda de crédito. No caso de ativos financeiros sujeitos à perda de crédito, a taxa de juros efetiva é aplicada ao valor contábil líquido do ativo financeiro (após a dedução da provisão para perdas).

4 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.



Notas explicativas às demonstrações contábeis
em 31 de dezembro de 2025.

Em reais (exceto quando expressos em outra forma)

(i) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente sendo: 15%, acrescido de 10% sobre o que exceder a R\$ 240.000 anuais para o imposto de renda e 9% para a contribuição social. Portanto, as adições de despesa ao lucro contábil, temporariamente não dedutíveis geram créditos tributários e as ou exclusões de receita, temporariamente não tributáveis geram débitos tributários relacionado a apuração do lucro tributável corrente.

(ii) Impairment de ativos financeiros

As provisões para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência e nas taxas de perdas esperadas. A Companhia aplica julgamento para estabelecer essas premissas e para selecionar os dados para o cálculo do *impairment*, com base no histórico da Companhia, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício.

5 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

O IFRS 18/CPC 51 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das demonstrações contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais: as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas: operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará. As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações contábeis. Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações contábeis e todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. A Sociedade está no processo de avaliação dos impactos de apresentação do IFRS 18/CPC 51.

6 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Caixa e Bancos	270.556	34.850
Aplicações Financeiras(i)	2.513.008	5.923.655
	<u>2.783.564</u>	<u>5.958.505</u>

- (i) As aplicações financeiras da Companhia são representadas por Certificados de Depósito Bancário (CDB), com prazos de curto prazo, utilizados para a gestão diária de caixa. Essas aplicações são registradas pelo valor justo, com alta liquidez e baixo risco de crédito. Os rendimentos são reconhecidos com base nas taxas praticadas no mercado financeiro, geralmente atreladas ao CDI.



Notas explicativas às demonstrações contábeis
em 31 de dezembro de 2025.

Em reais (exceto quando expressos em outra forma)

7 Contas a receber e Partes relacionadas

Contas a Receber

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Clientes	4.052.902	911.209
(-) Perdas para Créditos de Liquidação Duvidosa	(847.586)	-
	<u>3.205.316</u>	<u>911.209</u>

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
a Vencer	2.468.013	529.521
Vencidos	<u>737.303</u>	<u>381.688</u>
	<u>3.205.316</u>	<u>911.209</u>

Vencidos (Aging)

até 90 dias	312.189	273.852
até 180 dias	257.772	96.626
acima de 180 dias	167.342	11.211

Partes Relacionadas

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Sunon Retail	<u>9.615</u>	<u>22.661</u>
	<u>9.615</u>	<u>22.661</u>

8 Outros Créditos

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Adiantamentos a fornecedores	-	19.004
Operação com derivativos	-	760.618
Outros	76.802	189.775
Projetos em andamento	1.442.097	1.446.154
Contrato de preferência Enel	<u>6.349.355</u>	<u>5.553.366</u>
	<u>7.868.254</u>	<u>7.968.917</u>
Circulante	1.518.899	2.415.551
Não Circulante	6.349.355	5.553.366

- (i) Os valores em Projetos em andamento são representados com base nas despesas de Usinas dos quais os valores serão reconhecidos no momento da distribuição e faturamento aos clientes referente a energia distribuída.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
em 31 de dezembro de 2025.

Em reais (exceto quando expressos em outra forma)

9 Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido

Contribuição Social Diferido

Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.850.291
Adições	1.139.610
Baixas	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	2.989.901

Imposto de Renda Diferido

Saldo em 31 de dezembro de 2024	5.139.698
Adições	3.165.583
Baixas	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	8.305.280

A Companhia reconheceu ativos fiscais diferidos decorrentes de prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias dedutíveis, cuja realização está fundamentada em projeções de resultados tributáveis futuros aprovadas pela administração.

Com base no plano de negócios vigente, que contempla a expansão das operações, o aumento gradual da receita e a consequente geração de lucros tributáveis, a administração estima que esses ativos fiscais diferidos serão realizados ao longo dos próximos exercícios.

As projeções utilizadas consideram premissas relacionadas ao crescimento da base de clientes, evolução do faturamento, maturação dos projetos em desenvolvimento e ganhos de eficiência operacional. Tais premissas são revisadas periodicamente pela administração e refletem a melhor estimativa na data de elaboração das demonstrações contábeis.

Adicionalmente, as projeções da Companhia indicam que a realização dos créditos fiscais decorrentes de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social deverá ocorrer em um horizonte estimado entre cinco e sete anos, considerando, entre outros fatores, o limite de compensação de até 30% do lucro tributável apurado em cada exercício, conforme previsto na legislação fiscal vigente no Brasil.

A realização dos ativos fiscais diferidos está, portanto, suportada pela expectativa de geração futura de resultados tributáveis suficientes, em linha com os limites e condições estabelecidos pela legislação fiscal vigente no Brasil.



Notas explicativas às demonstrações contábeis
em 31 de dezembro de 2025.
Em reais (exceto quando expressos em outra forma)

10 Imobilizado

	<u>Computadores e periféricos</u>	<u>Total</u>
Custo do imobilizado Bruto		
Saldo em 31 de dezembro de 2024	173.107	173.107
Adições	107.650	107.650
Baixas	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	280.757	280.757
Depreciação acumulada		
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(42.070)	(42.070)
Depreciação	(43.561)	(43.561)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(85.631)	(85.631)
Saldo Contábil		
Saldo em 31 de dezembro de 2024	131.037	131.037
Saldo em 31 de dezembro de 2025	195.126	195.126

11 Intangível

	<u>Software ou Programa de Computador</u>	<u>Software em Desenvolvimento</u>	<u>Desenvolvimento de Produto</u>	<u>Plataforma Rede Social</u>	<u>Crédito de Carbono</u>	<u>Soul Prime</u>	<u>Total</u>
Custo do intangível Bruto							
Saldo em 31 de dezembro de 2023 reclassificado	829.582	803.700	-	-	-		1.633.282
Adições	20.052	917.949	130.286		1.200.000		2.268.287
Baixas		-	-		(145.850)		(145.850)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	849.634	1.721.649	130.286	-	1.054.150		3.755.719
Adições	-	-	1.759.086	703.538	400.000	1.000.000	3.862.624
Baixas		-	-		(200)		(200)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	849.634	1.721.649	1.889.371	703.538	1.453.950	1.000.000	7.618.143
Amortização acumulada							
Saldo em 31 de dezembro de 2023 reclassificado	(445.387)	-	-	-	-		(445.387)
Amortização - reclassificado	117.390	-	-	-	-		117.390



Notas explicativas às demonstrações contábeis
em 31 de dezembro de 2025.

Em reais (exceto quando expressos em outra forma)

	<u>Software ou Programa de Computador</u>	<u>Software em Desenvolvimento</u>	<u>Desenvolvimento de Produto</u>	<u>Plataforma Rede Social</u>	<u>Crédito de Carbono</u>	<u>Soul Prime</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2024-	(327.997)	-	-	-	-	-	(327.997)
Amortização	(168.020)	-	-	-	-	-	(168.020)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(496.017)	-	-	-	-	-	(496.017)
Saldo Contábil							
Saldo em 31 de dezembro de 2023	384.195	803.700	-	-	-	-	1.187.895
Saldo em 31 de dezembro de 2024	521.637	1.721.649	130.286	-	1.054.150	-	3.427.722
Saldo em 31 de dezembro de 2025	353.617	1.721.649	1.889.371	703.538	1.453.950	1.000.000	7.122.126

12 Ativo de direito de uso

A Companhia possui contratos de arrendamento relacionados à locação de usinas para fins de geração de energia renovável, classificados como arrendamentos nos termos do CPC 06 (R2) – Arrendamentos.

O prazo dos contratos de arrendamento vigentes estende-se até julho de 2050, sendo os pagamentos atualizados anualmente com base na variação do IPCA acrescida de 1% ao ano, conforme estabelecido contratualmente.

Na data de início dos contratos, os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos futuros, descontados pela taxa incremental de financiamento da Companhia, considerando as condições específicas de prazo, moeda e risco de crédito aplicáveis à operação.

Após o reconhecimento inicial, os passivos de arrendamento são atualizados para refletir a apropriação de encargos financeiros, bem como as variações decorrentes da atualização monetária contratual (IPCA + 1% ao ano), sendo ajustados pelos pagamentos efetuados no período.

Os ativos de direito de uso correspondentes são mensurados ao custo, deduzidos da amortização acumulada, calculada de forma linear ao longo do prazo dos respectivos contratos.

A seguir estão demonstrados os valores contábeis dos ativos de direito de uso reconhecidos e suas movimentações no período:

Em 31 de dezembro de 2023	7.182.459
Adições	44.168.671
Amortização do exercício	(1.145.534)
Em 31 de dezembro de 2024	50.205.595
Adições	22.459.168
Amortização do exercício	(2.971.891)
Em 31 de dezembro de 2025	69.692.872

Notas explicativas às demonstrações contábeis
em 31 de dezembro de 2025.

Em reais (exceto quando expressos em outra forma)

Abaixo são apresentados os valores contábeis dos passivos de arrendamento.

Em 31 de dezembro de 2023	7.247.024
Adições	44.168.671
Remensuração de arrendamento (a)	474.601
Em 31 de dezembro de 2024	51.890.296
Adições	22.459.168
Remensuração de arrendamento (a)	1.488.811
Em 31 de dezembro de 2025	75.838.275
Circulante	949.894
não circulante	74.888.381

(a) – O valor de remensuração de arrendamento nos exercícios de 2025 e 2024 estão reduzindo o valor no Fluxo de Caixa-DFC na movimentação da Contas a Pagar.

13 Fornecedores

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Prestação de Serviço -PJ	382.969	156.741
Prestação de Serviço de Tecnologia	75.665	85.388
Prestação de Serviço Usinas	1.446.156	1.169.317
Provisão de Fornecedores	34.743	30.778
Outros fornecedores	211.079	80.638
	<u>2.150.612</u>	<u>1.522.862</u>

14 Empréstimos e financiamentos

<u>Modalidade</u>	<u>Moeda</u>	<u>Taxa Contratual de juros - % a.a.</u>	<u>Taxa efetiva de juros - % a.a.</u>	<u>Vencimento</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Capital de Giro	EUR	3,119%	4,263%	03/11/2026	5.230.757	24.004.085
					-	-
Total					<u>5.230.757</u>	<u>24.004.085</u>

O valor justo dos financiamentos atuais é igual ao seu valor contábil, uma vez que as taxas médias de encargos, para os prazos e destinação dessas operações, são condizentes com as de mercado. Inexistem cláusulas de *covenants* relacionados com as linhas de empréstimos e financiamentos.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
em 31 de dezembro de 2025.

Em reais (exceto quando expressos em outra forma)

15 Outras contas a pagar

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Provisão de Locação Variável	339.786	90.587
Contrato de preferência	6.349.355	5.553.366
Outras Contas a Pagar	286.252	148.693
	<u>6.975.393</u>	<u>5.792.647</u>
Circulante	626.038	239.281
Não Circulante	6.349.355	5.553.366

16 Capital social

O capital social está representado por 1.466.546 ações com valor nominal total de R\$ 30.506.730 divididas entre os acionistas conforme sua participação acionária. Ações nominativas são classificadas como Patrimônio Líquido. Os lucros apurados serão destinados conforme deliberação dos acionistas.

Em 2025, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento de capital social no valor de R\$ 29.282.125,65 (vinte e nove milhões, duzentos e oitenta e dois mil, cento e vinte e cinco reais e sessenta e cinco centavos), integralizado pelos acionistas participantes do round de investimento.

<u>Acionista</u>	<u>2025</u>		<u>2024</u>	
	Quantidade de Ações	% Capital Social	Quantidade de Ações	% Capital Social
Sunon Energy S.A.	1.227.784	83,72%	1.064.590	86,93%
Outros Acionistas	238.762	16,28%	160.016	13,07%
	<u>1.466.546</u>	100,00%	<u>1.224.606</u>	100,00%

17 Receitas

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Vendas de Serviços Prestados	1.387.276	527.737
Receita com Assinatura Verde	13.291.336	4.914.724
PIS	(242.197)	(89.801)
COFINS	(1.115.572)	(413.627)
ISS	(274.352)	(108.484)
Receita Líquida	<u>13.046.491</u>	<u>4.830.549</u>

Notas explicativas às demonstrações contábeis
em 31 de dezembro de 2025.

Em reais (exceto quando expressos em outra forma)

18 Custo/Despesa por natureza

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Custo de bens e serviços vendidos	(9.992.893)	(3.818.106)
Serviços de terceiros administrativos	(2.443.782)	(2.867.467)
Despesas comerciais e de marketing	(2.138.493)	(2.322.447)
Despesas com tecnologia	(1.760.120)	(1.048.208)
Despesas com pessoal	(2.453.524)	(3.294.902)
Demais Despesas Administrativas	(702.422)	(871.137)
Despesa de Ociosidade	(5.072.918)	(1.405.682)
Outras despesas e receitas	<u>(895.829)</u>	<u>(932.958)</u>
Total de Despesas e Custos por natureza	<u>(25.459.981)</u>	<u>(16.560.907)</u>

A Companhia apresenta a demonstração do resultado por função. As informações por natureza das despesas estão apresentadas nesta nota, sendo consistentes com os montantes reconhecidos na demonstração do resultado.

19 Resultado Financeiro

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Receitas Financeiras		
Rendimentos de Aplicações Financeiras	472.483	692.663
Outras receitas financeiras	58.661	6.500
PIS/COFINS sobre receita financeira	<u>(25.706)</u>	<u>(32.527)</u>
Total Receita Financeira	<u>505.438</u>	<u>666.636</u>
Despesa Financeira		
Variações Cambiais Passivas	(1.278.221)	(1.175.010)
Juros Passivos	(839.817)	(1.081.246)
Outras Despesas Financeiras	<u>(41.046)</u>	<u>(86.967)</u>
Total Despesa Financeira	<u>(2.159.084)</u>	<u>(2.343.223)</u>
Receita (Despesa) Financeira Líquida	(1.653.646)	(1.676.587)



Notas explicativas às demonstrações contábeis
em 31 de dezembro de 2025.
Em reais (exceto quando expressos em outra forma)

20 Instrumentos Financeiros

Instrumentos Financeiros por categoria

	Nota	2025	
		Mensurados pelo custo amortizado	Mensurados ao valor justo por meio do Resultado
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	6	2.783.564	2.783.564
Contas a Receber de Clientes	7	3.205.316	3.205.316
Partes Relacionadas - Sunon Retail	7	9.615	9.615
Contrato de preferência	8	6.349.355	-
		12.347.850	-
			12.347.850
Passivos			
Fornecedores	13	2.150.612	2.150.612
Empréstimos e Financiamentos	14	5.230.757	5.230.757
Arrendamento Mercantil	12	75.838.275	75.838.275
Contrato de preferência	15	6.349.355	6.349.355
Outras contas a pagar	15	583.781	42.257
		90.152.780	42.257
			90.195.037

a. Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob a categoria de valor justo por meio do resultado e ao custo amortizado. Seus passivos financeiros são classificados sob a categoria de outros passivos financeiros, também ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação dos seus ativos e passivos financeiros no reconhecimento inicial. A Companhia opera com instrumentos financeiros derivativos.

b. Custo amortizado

Os recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço, que são classificados como ativos não circulantes. Os ativos financeiros classificados nesta categoria, anteriormente denominados empréstimos e recebíveis, compreendem "Caixa e equivalentes de caixa", "Contas a receber e outros recebíveis", "Adiantamentos", "Despesas antecipadas", "Outros Ativos" e "depósitos judiciais".

c. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço, que são classificados como ativos não circulantes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Nesse caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
em 31 de dezembro de 2025.

Em reais (exceto quando expressos em outra forma)

d. Outros passivos financeiros

São passivos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, mensurados ao custo amortizado, que não são cotados em um mercado ativo. Incluídos como passivo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estas são classificadas como passivo não circulante). Os outros passivos financeiros da Companhia compreendem "Fornecedores e outras contas a pagar", "Empréstimos e financiamentos", "Adiantamentos de clientes" e "Royalties a pagar".

e. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

f. Reconhecimento e desreconhecimento

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

21 Compromissos

No final do exercício de 2025, a Companhia Próspera mantinha os compromissos, conforme destaque abaixo:

USINAS	(a)	Saldo em dezembro 2025	(b)	Início da Operação	Vencimento	Prazo em meses	(c)
	Valor Presente no início contrato		Valor de contraprestação				Serviço de Operação e Manutenção
Mercúrio I	20.486.030	20.857.994	67.941	dezembro-22	14/07/2050	336	18.238
Mercúrio II	14.146.471	14.403.326	46.916	dezembro-22	14/07/2050	336	12.594
Mercúrio III	23.876.897	23.197.252	99.487	agosto-24	01/05/2044	240	10.612
Mercúrio IV	15.917.930	15.464.834	66.325	agosto-24	01/05/2044	240	10.612
Mercúrio V	23.876.897	23.197.252	99.487	agosto-24	01/05/2044	240	7.075
Mercúrio VI	15.917.930	15.464.834	66.325	agosto-24	01/05/2044	240	7.075
Roseira	10.800.000	10.485.000	47.408	julho-24	15/07/2044	240	14.749
Jaicós 1	51.273.709	46.360.997	180.393	agosto-24	01/04/2047	276	-
Jaicós 2	29.678.848	27.357.300	104.417	maio-24	01/01/2047	276	-
Jaicós 3	28.819.141	27.566.135	104.417	janeiro-25	01/09/2047	276	-
Danyel Moraes	5.294.484	5.118.001	44.121	agosto-25	04/06/2035	120	-
São Desidério III.2	12.880.787	12.558.768	107.340	setembro-25	01/08/2035	120	-
São Desidério III.3	6.440.394	6.279.384	53.670	setembro-25	01/08/2035	120	-
	259.409.518	248.311.075	1.088.247				80.955

Os contratos de locação firmados entre a Próspera e as empresas geradoras de energia têm o objetivo de gerar e distribuir créditos de energia renovável aos clientes finais conforme legislação aplicável, sendo atualizados anualmente pelo índice de IPCA e/ou pela variação da taxa de energia.

Nos contratos há uma cobrança de parcela variável que é aplicada conforme a quantidade de energia gerada, excluindo os valores a pagar dos demais compromissos, sendo que é possível ter crédito na apuração, devido a geração inferior ao contratado.



Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025.

Em reais (exceto quando expressos em outra forma)

(a) O valor presente demonstrado de cada usina, refere-se ao início do contrato aplicável o conceito de arrendamento mercantil devido ao prazo e modelo de negociação.

(b) O valor da parcela de contraprestação refere-se ao valor atualizado do contrato para o período vigente.

(c) O valor da prestação dos serviços refere-se ao gerenciamento e manutenção das Usinas, a fim de garantir a plena geração de energia e distribuição, sendo atualizadas anualmente pelo índice de IPCA.

22 Cobertura de Seguros

Face à natureza de suas atividades, a Companhia adota a política de contratar cobertura de seguro adequado às suas necessidades, tendo em vista os diferentes tipos de riscos a que ela se encontra submetida. Com base em análises sistemáticas de riscos, a Companhia contrata seguro utilizando o conceito de perda máxima possível com a qual corresponde ao valor máximo possível de destruição em um mesmo evento.

Cobertura	Vigência	Limite de Cobertura
Incêndio, explosão, fumaça e queda de aeronave	23/05/2026	1.200.000
Danos elétricos	23/05/2026	50.000
Despesas fixas	23/05/2026	30.000
Perda de aluguel	23/05/2026	5.000
Subtração de bens	23/05/2026	50.000
Responsabilidade civil	23/05/2026	30.000
Quebra de vidros	23/05/2026	10.000
Vendaval, furacão, ciclone, tornado e queda de granizo	23/05/2026	50.000
Equipamentos eletrônicos sem cobertura de subtração	23/05/2026	100.000
Total limite segurado		<u>1.530.000</u>

23 Eventos Subsequentes

Em 2026, duas novas usinas entraram em operação, sendo que aquelas localizadas no Estado do Ceará já iniciaram a geração de receitas por meio da injeção de energia às unidades beneficiárias. As doze usinas situadas no Estado do Maranhão encontram-se em fase final de transferência de titularidade e início da operação de compartilhamento de crédito, o que permitirá a expansão da base de clientes e deverá impactar positivamente o faturamento, com aumento relevante das receitas no exercício subsequente.

* * *

